

NEGOCIAÇÃO

Governo do Estado propõe aumento de 2,94% a servidores

Reajuste será destinado aos 75 mil funcionários públicos e pagamento começa a partir de outubro

NATALIA YAHN

Com proposta de reajuste geral linear de 2,94% para todos os 75 mil servidores públicos estaduais de Mato Grosso do Sul, o impacto na folha de pagamento deverá ser de R\$ 11 milhões. Porém, o “aumento”, se aceito, só será válido a partir de setembro e deve ser pago na folha de outubro, com cinco meses de atraso sobre a data-base, que é em maio. A nova proposta do governo, feita após anunciar “reajuste zero”, foi apresentada ontem para representantes de aproximadamente 40 categorias.

A reunião a portas fechadas com mais de 50 participantes foi iniciada pelo governador Reinaldo Azambuja, que saiu em seguida e deixou o encargo de apresentar os números para os secretários de Governo e Gestão Estratégica (Segov), Eduardo Riedel, e de Administração e Desburocratização (SAD), Carlos Alberto de Assis. Azambuja seguiu para Brasília (DF), onde deve participar hoje de reunião para negociação de dívida do Estado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O reajuste oferecido foi elaborado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado conforme o mês de outubro de 2016/outubro 2017. “A Lei Complementar 156 diz que a partir de 2019



PAULO RIBAS

REUNIÃO. Azambuja apresentou proposta a sindicalistas ontem

o governo será avaliado em suas contas de 2017 e 2018, que não pode ter sua despesa primária acrescida acima do IPCA. A projeção para 2017 é de 2,94%”, explicou Riedel. O governo de Mato Grosso do Sul alega ser o único estado brasileiro a oferecer aumento a seus servidores.

Quanto aos professores, cujo reajuste previsto por lei federal que regula os rendimentos da categoria é de 7,64%, representantes do governo afirmaram que tentaram encontrar uma solução. “O Estado está discutindo com a Fetems (Federação dos Trabalhadores na Educação de MS) uma maneira de atender aqui que eles têm expectativa. É uma questão de aceitar ou não”, afirmou Riedel.

REAÇÃO

Insatisfeitos com a propos-

11 mi

DE REAIS
O reajuste linear de 2,94% aos servidores públicos estaduais vai gerar um impacto de R\$ 11 milhões na folha de pagamento.

ta, representantes do Fórum Estadual de Servidores cogitam articular greve geral para o segundo semestre. “Pelo jeito, será a primeira greve geral no Estado”, afirmou o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Sintss-MS), Ricardo Bueno.

A justificativa dada pelo governo acerca da situação

econômica financeira do Estado não foi bem aceita.

“A palavra que mais escutamos na reunião foi crise. É preciso que o governo arranje soluções para que possamos valorizar os servidores pelo menos na questão constitucional, que é a reposição inflacionária”, afirmou o presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Simpol-MS), Giancarlo Corrêa Miranda.

FIM DA NEGOCIAÇÃO

Por parte do governo, a negociação salarial está finalizada. “É a palavra final do governo. Os sindicatos vão levar para suas bases. Todos têm liberdade de se manifestar da maneira que entenderem melhor. Nós pedimos para os sindicatos, o governador pediu, muita responsabilidade. No momento, reajuste geral maior do que este não é possível, porque põe em risco a saúde financeira do Estado”, concluiu Riedel.

Outra justificativa dada pelo secretário para manter o reajuste abaixo da inflação – de 4,9% – e também do que os servidores pediam – 7,45% – é a questão da dívida do Estado com o BNDES, a qual o governador deve negociar hoje. A intenção de Azambuja e de outros 15 governadores é de repactuação, mas é necessário uma série de fatores para que ela exista na prática.

Caso a repactuação ocorra, a expectativa do governo é de “economizar” R\$ 15 milhões por mês. Porém, na reunião com os sindicalistas, outra notícia desagradou. “Para nós, falaram que, para dar os 2,94%, vão cortar em 25% o custeio do Estado, que é de R\$ 100 milhões. A conversa que nos vendem é de eterna crise, de que o Estado quebrou. Mas, a olho nu, vemos a arrecadação e ela não está como a do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais”, pontua Miranda.

LIXO

VALDENIR REZENDE



RESÍDUOS. Supermercados, como este, terão de pagar por coleta

Prefeitura não recua em cobrança e Fecomércio reage

LUCIA MOREL

A decisão da prefeitura da Capital de deixar de arcar com o custo da coleta de lixo em 400 estabelecimentos considerados grandes geradores de resíduos é irreversível, afirmaram ontem o prefeito Marcos Trad e integrantes de sua equipe. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecomércio) foi a primeira a se voltar contra a medida, que atende recomendação do Ministério Público Estadual.

Estabelecimentos comerciais, escolas, condomínios, shoppings e qualquer empreendimento ou instituição que produza, por dia, a partir de 50 quilos ou 200 litros de lixo terão de se preparar para começar a pagar pelo transporte e pela deposição dos resíduos. A determinação é prevista na Política Nacional dos Resíduos Sólidos, no Código Municipal de Resíduos Sólidos e em legislação municipal.

O diretor-presidente da Agência Municipal de Regulação (Agereg), Vinícius Leite Campos, explica que os grandes geradores serão notificados da paralisação da coleta “para que possam se preparar para isso”, explicou. Ainda não há prazo para que a medida entre em vigor, mas recomendação do MPE publicada na edição de ontem do Diário Oficial do órgão recomenda que a prefeitura o faça dentro de 90 dias.

“O município não vai mais fazer essa coleta”, enfatiza o diretor da Agereg, destacando também que os grandes geradores deverão contratar empresa para realizar esse serviço para elas. “As empresas

podem contratar a Solurb ou outra que faça esse serviço”, afirmou.

Por meio de nota, a Fecomércio considerou a cobrança da prefeitura “indevida”. Conforme a entidade, na planilha da apuração do IPTU existe uma parte que se refere a “serviços” e a coleta de lixo está “abrangida”.

A Fecomércio sugeriu ainda que a prefeitura não leve a cobrança adiante. “Para evitarmos um colapso no recolhimento do lixo urbano”, concluiu.

O procurador do município, Alexandre Ávalo, afirmou que não existe taxa específica do lixo em Campo Grande como existe em outros municípios. O advogado tributarista Ari Raghiant afirmou que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fator gerador o imóvel urbano, e não a coleta de lixo. “A coleta de lixo é um serviço divisível e proporcional, e pode ser cobrada por meio de taxa específica, como ocorre em outras cidades”, explicou.

Alguns estabelecimentos considerados grandes geradores já se adequaram às exigências. É o caso dos shoppings Pátio Central, Campo Grande e Bosque dos Ipês.

Município oferece 15% a médicos e dentistas

EDUARDO MIRANDA

A Prefeitura de Campo Grande apresentou proposta de reajuste de 15% no salário-base de médicos e dentistas, e de 17% a enfermeiros. Dois adicionais pagos aos médicos, um aos dentistas e outro aos enfermeiros terão reajuste de 50%.

As três categorias devem decidir até amanhã se aceitam ou não a proposta feita ontem à noite pelo município. O impacto na folha de pagamento deve de ser aproximado zero, conforme o secretário de Finanças, Pedro Pedrossian Neto. Há até a possibilidade de gerar economia aos cofres públicos, pois

os plantões serão reduzidos drasticamente.

Médicos e dentistas concentrarão o atendimento noturno até meia-noite, e muitos que trabalharem neste horário receberão só pelo período trabalhado. Só os poucos que fizerem a jornada de 12 horas madrugada adentro (horário em que a demanda é mais bai-

xa) receberão o pagamento integral.

Entre os enfermeiros, o total diário de plantões noturnos cairá de aproximadamente 50 para 10.

“A reunião foi muito positiva. O tratamento com as categorias foi isonômico e não há mais tensão”, afirmou Pedrossian Neto.

CIDADE DE DEUS

Ex-moradores de favela vão construir suas casas

Em um período de 45 dias, moradores da antiga Cidade de Deus recomeçam as obras e devem concluir suas próprias casas até o fim do ano. Os 160 moradores receberão capacitação gratuita, salário mínimo e cesta básica por meio do Programa de Inclusão

Profissional (Proinc). Conforme o diretor-presidente da Agência Municipal de Habitação (Emha), Enéas José de Carvalho Neto, deverão ser finalizadas 327 unidades, por meio da mão de obra dos próprios donos. Serão 45 dias de aulas teóricas. (Bárbara Cavalcante)

CRITÉRIO

Em meio a contenção de gastos, TJ-MS compra carros de luxo

Em ano de contenção de gastos, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) publicou na edição do Diário Oficial extrato da nota de empenho referente à aquisição de dois veículos de luxo. O valor gasto foi de R\$ 421 mil na compra de um Corolla GLI

1.8 cor preta e de um SW4, cor preta, ambos blindados. Foi utilizada parte dos R\$ 176 milhões previstos para este ano no Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. (TJ)

CORONEL SAPUCAIA

Tribunal mantém condenação de dona de cartório

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) manteve a condenação da cartorária Mafalda Donarion Viana Bonette, em Coronel Sapucaia, por lavar mais de 850 registros de nascimentos tardiamente. Ela foi denunciada pelo Ministério Público em 2011.

STEFZA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA ARARAQUARENSE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Araraquarense - STEFZA, CNPJ 06.006.954/0001-33, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Osvaldo Pinto, CONVOKA a categoria profissional dos trabalhadores em empresas ferroviárias, assim considerados aqueles que exercem atividades descritas nos arts. 236 e 237 da CLT, na base territorial do Estado de Mato Grosso do Sul, dos municípios de: Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Inocência e Paranaíba, todos do Estado de Mato Grosso do Sul; dos municípios de: Bálame, Cândido Rodrigues, Catanduva, Catigú, Cedral, Cosmorama, Dobrada, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernando Prestes, Fernandópolis, Guaraní D'Oeste, Jales, Matão, Meridiano, Mirassol, Pindorama, Populina, Rubineia, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santa Fé do Sul, Santa Salete, São José do Rio Preto, Tanabi, Taquaritinga, Três Fronteiras, Turmalina, Ouroré, Uchoa, Urdida, Valentin Genti, Vitória Brasil e Itaporanga, todos do Estado de São Paulo; dos municípios de: Ouro Verde de Goiás, Damiolândia, Inhumas, Nova Veneza, Brazabantes, Nerópolis, Maripolis, Terezopolis de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Santa Bárbara de Goiás, Goiânia, Trindade, Campeste de Goiás, Palmeiras de Goiás, Jandaia, Indaiara, Edeia, Acreana, Turvelândia, Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Quirinópolis, Cachoeira Alta, Paranaquara, São Simão todos do Estado de Goiás; dos municípios de: Santa Vitória, Iturama, Limeira D'Oeste, União de Minas, Campina Verde, Gurinópolis, São Francisco de Sales, Carmelinho, todos do Estado de Minas Gerais; para Assembleia Geral Extraordinária de Ratificação da Alteração Estatutária a serem realizadas nos dias 21/08/2017, no município de Araraquara/SP, na Delegacia Sindical sito na Av. Espanha, 867 - Centro; Dia 21/08/2017, no município de Jales/SP, na Estação Ferroviária sito na Rua Otton s/n Centro; Dia 21/08/2017, no município de Rio Verde/GO, na Rua Costa Gomes, 1.767, Jd. Goiás (Hotel Eldorado Palace); Dia 21/08/2017, no município de Alto Taquaritinga/MT, no Terminal de Carregamento da Rumo Logística; No dia 22/08/2017, no município de Alto Araguaia/MT, no Terminal de Carregamento da Rumo Logística; Dia 22/08/2017, no município de Campina Verde/MG, sito na Rua 26, 443, Centro (Hotel Senador); Dia 22/08/2017, no município de Santa Fé do Sul/SP, na Av. Waldemar Lopez Ferraz, 856, (Clube da Velha Guarda); Dia 23/08/2017, no município de São José do Rio Preto/SP, na sede do Sindicato dos Ferroviários da Araraquarense sito na Rua Bernardino de Campos, 3.039, 3º andar, sala 38, Centro. Em todos os locais as Assembleias terão início em primeira convocação às 09h30 e às 09h00 em segunda e última convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Ratificação da Alteração Estatutária referente à extensão da base territorial representada da Ferrovia Norte-Sul, especificamente nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, com os seguintes municípios: No Estado de Goiás: Ouro Verde de Goiás, Damiolândia, Inhumas, Nova Veneza, Brazabantes, Nerópolis, Maripolis, Terezopolis de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Santa Bárbara de Goiás, Goiânia, Trindade, Campeste de Goiás, Palmeiras de Goiás, Jandaia, Indaiara, Edeia, Acreana, Turvelândia, Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Quirinópolis, Cachoeira Alta, Paranaquara, São Simão. No Estado de Minas Gerais: Santa Vitória, Iturama, Limeira D'Oeste, União de Minas, Campina Verde, Gurinópolis, São Francisco de Sales e Carmelinho. No Estado de São Paulo: Guaraní D'Oeste, Ouroré, Populina, Turmalina, Dolcinópolis e Vitória Brasil. II - Ratificar as deliberações sobre a reforma do Estatuto Social da entidade, que o adequou à realidade social, política e econômica atual, modificação dos cargos da Diretoria e abrangência e outros assuntos; III - Aprovação do estatuto social. São José do Rio Preto/SP, 03 de julho de 2017. Osvaldo Pinto - Presidente do Sindicato.

SUA TERRA CADA VEZ MAIS FÉRTIL

CALCÁRIO BODOQUENA

PAGUE NA SAFRA 2018

SUBITO A APROVAÇÃO DE CREDITO - O CONSULTE SEU AGRÔNOMO

CENTRAL EM JARDIM | 67 3251-1453

GRUPAMENTO DE APOIO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

BRASIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/GAP-CG/2017

OBJETO: Registro de Preço de material descartável. Abertura das propostas no dia 14/07/2017 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 04/07/2017, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/GAP-CG/2017

OBJETO: Registro de Preço de medicamentos e materiais hospitalares. Abertura das propostas no dia 14/07/2017 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 04/07/2017, no www.comprasgovernamentais.gov.br.